



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. 110100054

## **ONGs e CUT dizem que intenção do governo de proteger 10% das florestas é medida para inglês ver**

Rio de Janeiro - As organizações não governamentais Greenpeace, Amigos da Terra, Fase e Ibase e a Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT distribuíram hoje nota oficial na qual duvidam da capacidade do governo brasileiro de garantir, até o ano 2.000, a proteção de 10% de suas florestas - conforme compromisso assumido durante visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Inglaterra, na semana passada - e exigem a adoção de medidas efetivas para a proteção das florestas brasileiras, tanto a Floresta de Mata Atlântica quanto a Floresta Amazônica.

É a seguinte a nota das entidades:

"As entidades não governamentais Greenpeace, Amigos da Terra, Fase e Ibase, e a Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), estranham o fato de o governo ter anunciado na Inglaterra a intenção de ampliar as áreas florestais protegidas enquanto, no Brasil, sonega da opinião pública os dados referentes ao desmatamento da Amazônia no período 1994/95 - 1995/96, que já deveriam ter sido divulgados.

Tudo leva a crer que o compromisso - assumido pelo embaixador do Brasil na Inglaterra, Rubens Antonio Barbosa, em carta ao Duque de Edimburgo, Príncipe Philip - tem como propósito amortecer o impacto dos dados de desmatamento na Amazônia referentes aos dois primeiros anos da administração Fernando Henrique (1). Dissociada de medidas efetivas de proteção às florestas, a promessa governamental soa como uma declaração de boas intenções sem efeito prático - literalmente, para inglês ver.

Lamentavelmente, as autoridades brasileiras vêm dando, ao longo dos anos, demonstrações inequívocas de sua total incapacidade de conter a atuação predatória de grupos econômicos que operam em suas florestas, notadamente na Amazônia. São recorrentes as notícias de reservas florestais e indígenas invadidas e espoliadas por madeireiros, fazendeiros, empresas de mineração, garimpeiros etc. Não menos doloroso é o destino da Floresta de Mata Atlântica, que cobre 16 estados brasileiros e se encontra hoje reduzida a 8% de sua área original. A legislação brasileira garante a proteção dessas áreas, mas até hoje o governo foi incapaz de impedir esse processo espoliativo e não tem conseguido sequer punir infrações à lei.

O próprio governo reconhece o fato. Em documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos, órgão da Presidência da República, datado de abril deste ano, o governo confessou que 80% da atividade madeireira na Amazônia são ilegais. Já o presidente do Ibama, Eduardo Martins, disse, em entrevista a uma revista de circulação nacional, que cerca de 100% das multas aplicadas pelo órgão que dirige não são pagas. Ou seja: o governo convive não apenas com sua impotência mas admite a falência das leis.

O próprio presidente do Ibama, que acompanhava o presidente da República na viagem à Inglaterra, declarou, durante reunião com grupos ambientalistas em Londres, ter como meta reduzir o nível de ilegalidade da atividade madeireira na Amazônia de 80% para 40%. A declaração seria surpreendente se não fosse absurda: estaria o governo brasileiro criando um novo indicador, a TRL - Taxa de Respeitabilidade da Lei? Cabe também perguntar: como o Ibama pretende atingir essa meta se o orçamento federal dedicado à proteção ambiental tem sido sistematicamente reduzido?

Greenpeace, Amigos da Terra, Fase, Ibase e CUT consideram que ao anunciar a intenção de proteger "10% das florestas", o governo induz à confusão, já que as áreas oficialmente protegidas por lei em todo o território nacional - reservas florestais e extrativistas, áreas indígenas, parques nacionais e estaduais, florestas nacionais - superam em muito esse percentual, atingindo a cerca de 1.1 milhão de km<sup>2</sup>.

A intenção governamental de ampliar áreas de preservação florestal poderia ser relevante se:

- O governo fosse capaz de dar provas concretas à opinião pública nacional e internacional de sua capacidade de fiscalizar as áreas a serem protegidas;
- as áreas a serem protegidas fossem interditadas a qualquer atividade econômica, exceto a dos povos que tradicionalmente nela vivem e a manejam de forma sustentável;
- esta medida estivesse associada a outras destinadas a romper com o ciclo de destruição em curso na Amazônia.

As organizações que assinam esta nota consideram que antes de anunciar compromissos altissonantes, o governo brasileiro deve:

- 1) reforçar a legislação de proteção ambiental e garantir a aplicação das leis em todos os pontos do território nacional.
- 2) incluir, entre suas prioridades, a real proteção do meio ambiente.
- 3) rever o atual modelo de desenvolvimento adotado para a Amazônia, de forma a condicionar a exploração dos recursos da região à efetiva proteção da imensa riqueza da biodiversidade local, respeitando os interesses das comunidades que tradicionalmente convivem com a floresta.
- 4) ampliar os mecanismos de proteção da Floresta de Mata Atlântica.

Greenpeace  
Amigos da Terra  
Fase  
Ibase  
Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT

Nota ao editor:

- 1) O desmatamento na Amazônia no biênio 1992-93-1993-94 foi de cerca de 14.700 km<sup>2</sup>/ano, o que significou um aumento de mais de 30% em relação ao período imediatamente anterior, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os dados referentes ao período 94-95-95-96, depois de sucessivos adiamentos, deveriam ter sido divulgados no início de dezembro. Ainda não o foram.